

# Simonsen quer que empresários analisem mais suas sugestões

**São Paulo** — A classe empresarial é incapaz de levar uma proposta inexequível ao Governo, afirmou ontem o ex-Ministro Mário Henrique Simonsen. "É preciso que os empresários se coloquem de vez em quando no lugar do Governo e analisem os reflexos das medidas que sugerem", disse. Essa é, na sua opinião, a razão principal de os empresários não serem ouvidos pelas autoridades e não participarem mais diretamente das decisões econômicas.

Recém-empossado como membro do Conselho Superior de Economia da Federação das Indústrias de São Paulo-FIESP, Simonsen enfatizou para uma platéia formada por empresários a importância de se encaminhar propostas coerentes e factíveis de serem implementadas. Lembrou o tempo em que esteve no Ministério do Planejamento, durante o qual por diversas ocasiões recebeu de órgãos classistas sugestões antagônicas. "Eu ficava com a melhor delas ou com nenhuma", observou.

Criticou ainda a convocação do Governo para a solução de conflitos entre as diferentes atividades produtivas, como ocorre agora, quando o comércio e a indústria lutam contra os bancos para baixar os juros. "Deveriam sentar-se juntos para resolver seus próprios conflitos", afirmou. Lembrou que, como membro do Conselho da FIESP, terá como primeira missão estudar formas de diminuir as taxas internas.

## Tabelamento às avessas

O Governo está praticando um tabelamento às avessas quando se vê obrigado a situar as taxas reais de juros internas acima do piso medido pelos empréstimos tomados no exterior para não arrefecer a demanda por moeda estrangeira, observou o ex-Ministro Mário Henrique Simonsen ao comentar as metas oficiais para este ano.

— Não há nenhuma façanha em crescer de 5% a 6% ou baixar a inflação para 70% ou 80%. Um crescimento desta ordem é extremamente viável mas não significa um ano de vacas gordas. Investimentos feitos no passado entrarão em funcionamento em 1982. Crescer 5% a 6% significa manter o grau de capacidade ociosa. Possivelmente o que crescerá 6% será a capacidade ins-

Arquivo — 26.1.82



Mário Henrique Simonsen

talada e, com ela, a economia — explicou o professor da Fundação Getúlio Vargas a um atento público formado por empresários.

A seu ver, o melhor indicador para o crescimento econômico deveria basear-se na taxa de ocupação da capacidade industrial. "Acho que as metas oficiais do Governo são viáveis mas vão depender da forma de administrar os instrumentos da política econômica e, em especial, da política monetária". Para Simonsen, o Governo poderia ser mais ambicioso nos objetivos inflacionários se não fosse a política salarial. "Em 1965, com uma queda na atividade econômica de 4,7%, a inflação despencou da casa dos 90% para 34%. Mas não tinha a política salarial", lembrou.

Embora não tenha grande alternativa para a atual política econômica, o Governo deveria, na opinião do ex-ministro, debater mais três pontos essenciais. O primeiro deles é conjuntural e passa pela adoção de medidas capazes de atenuar a tensão dos juros. "Mas tabelas os juros seria psicodélico", ressaltou, ao recordar que o tabelamento de 1979 foi "catastrófico".

Simonsen insistiu na impossibilidade de se obter quedas substanciais nas taxas reais de juros a

curto e médio prazo. E lembrou o Chanceler Helmut Schmidt, da Alemanha: "Taxas como estas não se vêem desde o tempo de Jesus Cristo".

— Impossível também desvincular as taxas internas dos juros externos. Mas algumas medidas — que ele já colocou perante o Conselho Superior de Economia, da FIESP — são capazes de atenuar, alcançando talvez uma queda de 5% sobre o nível real dos juros. Entre elas, estão o tratamento fiscal diferenciado em caráter provisório para os empréstimos em moedas estrangeiras e em cruzeiros, estruturado de forma a não desequilibrar a receita do Governo e a volta da Resolução 432, que permitia aos tomadores em moeda estrangeira depositarem os recursos não utilizados no Banco Central e reutilizados quando necessários.

## Redução do IOF

A terceira proposta de Simonsen foi basicamente defendida no ano passado pelo presidente do Banco Central, Carlos Langoni, ao pedir uma reestruturação do sistema de contas nacionais. "Nenhum brasileiro sabe hoje qual o déficit do setor público, de forma a dar ao Banco Central maior independência para consolidar todos os orçamentos no Tesouro, inclusive a dívida externa.

Ele defendeu ainda uma diminuição no IOF — a queda na receita seria compensada por acertos no Imposto de Renda — e o fim da obrigatoriedade da correção monetária nas contratações (como, por exemplo, nos reajustes dos aluguéis). "Existe nesta área um excesso de tutela por parte do Estado. As partes devem ter maior liberdade de contratação", disse. A seu ver, a correção monetária deve "sobreviver como cláusula contratual arbitrária das partes e não como cláusula obrigatória imposta pelo Governo".

No setor externo, o ex-ministro considera difícil — porém não impossível — alcançar-se um superávit de 3 bilhões de dólares. Para ele o saldo de 1 bilhão 200 milhões de dólares deveu-se muito mais a uma queda nas importações provocada pela retração industrial que propriamente a um aumento das exportações.